



AO/À
SR. (A) PREGOEIRO (A)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 132/2020

OBJETO: Registro de preços, objetivando a futura e eventual aquisição de equipamento e materiais para atender ao Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos - Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

ISENÇÃO MAPA

A empresa EVOLUÇÃO PET COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA BANHO/TOSA E VETERINÁRIA EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 11.395.850/0001-52, situada à Rua Julio de Menezes, nº 133, Jardim da Glória, São Paulo/SP, representada neste ato por seu representante legal, Valdemir Pimentel Franco, sócio-administrador, vem informar que:

Uma vez que a **“Legislação relacionada aos produtos de uso veterinário”**, elaborada e publicada pelo **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** determina que, para venda de equipamentos de uso veterinário

"Art. 1º Por não se enquadrarem na definição constante das normas legais referidas no art. 1º, do citado Regulamento por não se destinarem a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais e por não terem ação sobre agentes patógenos que acometem os animais e que não ofereçam riscos ao meio ambiente, a saúde animal e humana, ficam dispensados de registro os seguintes produtos:

II – Instrumental cirúrgico, materiais para suturas, gases, gesso, bandagem elástica, pensos, esparadrapo pistolas, seringas e agulhas para injeção, sondas, estetoscópio e aparelhos diversos para o uso em medicina veterinária". Segue documento em anexo para análise (página 252, artigo 1º, item II).

Evolução Pet

Comércio de Produtos e Equipamentos
para Banho/Tosa e Veterinária
CNPJ: 11.395.850/0001-52

Rua Julio de Menezes, 133, Jardim da Glória
CEP: 01545-060 – São Paulo – SP.
Fone / Fax: (11) 2361-3816
E-mail: licitacao@evolucaopet.com.br
Site: www.evolucaopet.com.br



Ainda sobre o referido item, em face da solicitação de **AFE da Anvisa**, o portal do órgão determina que **NÃO** precisam de Autorização de Fornecimento

I - Comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo

II - Filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE

III - Comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

IV – Empresas que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

V – Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde

VI - Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde estão dispensadas de ter AFE. Nesse caso, elas precisam da licença sanitária, emitida pelo órgão de vigilância sanitária local."

Isto posto, entendemos que tais exigências ferem expressamente o disposto no Art. 37, inc. XXI da Constituição Federal de 88

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)”

E também o Art. 3, § 1, inc. I da Lei de Licitações - Lei 8666/93

“Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)”

§ 1o É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

Portanto, entendemos que a não obrigatoriedade das exigências, conforme com a Constituição deste país, torna imprescindível a impugnação do edital, uma vez que a manutenção das exigências fere severamente a Lei Federal de Licitações e prejudica uma parcela de possíveis licitantes, podendo até frustrar o processo e comprometer as atividades atreladas aos projetos que visam aplicação do material solicitado.



Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 10 de dezembro de 2019

Valdemir Pimentel Franco
(Sócio Administrador)
RG: 40.293.320-5
CPF: 338.017.508-09

11.395.850/0001-52

EVOLUÇÃO PET COM. DE PROD. PARA
BANHO/TOSA E VETERINÁRIA EIRELI

Rua Júlio de Menezes, 133
Jardim da Glória CEP 01545-060

São Paulo - SP

Evolução Pet

Comércio de Produtos e Equipamentos
para Banho/Tosa e Veterinária
CNPJ: 11.395.850/0001-52

Rua Julio de Menezes, 133, Jardim da Glória
CEP: 01545-060 – São Paulo – SP.
Fone / Fax: (11) 2361-3816
E-mail: licitacao@evolucaopet.com.br
Site: www.evolucaopet.com.br